

Cursos superiores de tecnologia: algumas considerações sobre a construção de sua identidade no mercado de trabalho brasileiro

Regina Maria Enéas

Resumo

Após uma década deste novo milênio, ainda é possível constatar que conceitos, que definem esta nova era, como tecnologia, ainda não são compreendidos dentro da complexidade e seriedade que deveriam. Quando estes conceitos definem uma categoria profissional e dela seu exercício específico e seu espaço no mercado de trabalho, tal constatação é ainda mais grave, pois torna este novo profissional um ser obsoleto, mal compreendido e marginalizado. Este é o caso dos tecnólogos no Brasil, profissionais formados pelos Cursos Superiores de Tecnologia, CST, que são classificados no Brasil como cursos de educação superior e que geralmente são cursados entre 2 e 3 anos. Os CSTs são uma nova modalidade de ensino que vem, no Brasil, há pouco mais de 30 anos, tentando achar seu merecido lugar no mercado de trabalho e ganhando destaque na mídia e na sociedade apenas a partir de 2002. No entanto, os CSTs são boicotados não só pela sociedade, que desconhece suas normativas e características, mas também pelas Instituições de Educação Superior e pelo próprio governo brasileiro que, além de sucatear o ensino dos discentes que optam por esta modalidade educacional, os tem transformado em objeto de manobra e sustentação da política neoliberal que conduz nosso país desde 1990. Este artigo, cujo tema foi originalmente apresentado como tese de doutorado no Programa de Ciências Sociais da PUCSP, tem, por objetivo demonstrar algumas das relações aparentes e não aparentes que envolvem a formação do tecnólogo brasileiro, tratando-o em três eixos: econômico, social e político.

Palavras-chave: tecnologia; cursos superiores de tecnologia; identidade cultural; sincretismo.

* Engenheira Civil pela Faculdade de Engenharia de São Paulo, Especialista em Docência do Ensino Superior pelo Instituto de Tecnologia Avançada em Educação, Mestre em Educação e Interdisciplinaridade pela Universidade Cidade de São Paulo e Doutora em Ciências Sociais (Antropologia e Política) pela PUCSP. Empresária, docente dos cursos Superiores de Tecnologia desde 2002, gerente financeira de empresas públicas e privadas. Autora do livro *Matemática e Tecnologia: transformando o paradigma da inutilidade em poesia para o aprendizado*, São Paulo: Scortecci, 2008; e inúmeros artigos científicos. E-mail: reginaeneas@gmail.com

Abstract

After a decade of this new millennium, it is still possible to see that concepts such as technology, which define this new era, are still not understood within the complexity and seriousness in which they should be. When these concepts define a professional category, its specific performance and its place in the business market, this fact is even more serious making this new professional an obsolete being, poorly understood and marginalized. This is the case of technologists in Brazil, professionals trained by the College Courses on Technology (Cursos Superiores de Tecnologia, CST), being classified in Brazil as higher education courses with a usual duration of 2 to 3 years. The CSTs are a new kind of education existing in Brazil for just over 30 years, and are trying to find their place in the business market and gaining prominence in the media and society only after the year of 2002. However, the CSTs are boycotted not only by society which ignores its rules and characteristics, but also by Institutions of Higher Education and by the Brazilian government, that not only wreck the education of students who opt for this kind of education but also turned them into objects of maneuver and support of neoliberal policies that lead our country since 1990. This article has the purpose of scrutinizing the relations involving the formation of the Brazilian technologist analyzing it from three areas: economic, social and political.

Keywords: technology; college courses on technology; cultural identity; syncretism.

Introdução

Quando existe avanço tecnológico sem avanço social, surge, quase automaticamente, um aumento da miséria humana.

Michael Harrington

Foi minha experiência profissional que me trouxe à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Foram minhas indagações enquanto professora e coordenadora dos cursos de CST – Cursos Superiores de Tecnologia em rede particular, que me fizeram pensar em desenvolver um artigo que colaborasse para a construção de uma identidade positiva dos agentes que constroem, todos os dias, neste país, os cursos superiores de tecnologia.

Professores, alunos, coordenadores, mantenedores, instituições de ensino, sociedade e governo. Todos, cada um dentro de seu espaço e com suas particularidades, influenciam de forma positiva e negativamente

na construção desta modalidade de ensino tão complexa e ainda mal definida no Brasil.

A escolha por tema tão polêmico trouxe-me surpresas. Não esperava que houvesse, ao longo desses anos, tanto interesse e ao mesmo tempo tanta repulsa ao tema CST. Enfrentar as opiniões do senso comum quanto a importância deste curso, camufladas de um falso idolatrar a academia tradicional e seus cursos mostrou-me lados do campo da educação brasileira que relutavam em conviver, apesar de ser uma constante em meu trabalho: a hipocrisia de gestores educacionais, responsáveis por desenvolver e aprimorar as diretrizes e normas da educação brasileira.

Sem sombra de dúvida, a tarefa mais desafiadora foi procurar respaldo e cooperação nas entidades governamentais ligadas ao CST. Nenhuma delas, nem em nível estadual, nem em nível federal permitiram-se ao diálogo acadêmico. A falta de interesse em colaborar com pesquisadores da área, mostra apenas o que já muito se estudou e divulgou em se falando de planos educacionais e projeto de nação e cidadão brasileiro, as ações e decisões governamentais são antidemocráticas e falsas, pois para o leigo e para a massa, divulga-se que há o canal “fala Brasil”, e que há grande abertura governamental para esclarecimento do povo. Na prática, isso não ocorre.

Mas, a falta de diálogo com o governo foi apenas o começo das dificuldades enfrentadas. O CST, tal como o conhecemos hoje, está inserido em uma comunidade de discentes e docentes cujas dificuldades emocionais e sociais enfrentadas desde 2002, quando ocorreu o *boom* desses cursos nas IES – Instituições de Ensino Superior particulares, ainda são muito latentes e de difícil superação.

Os discentes que passaram por esses cursos desde 2002, enfrentam, em sua grande maioria, preconceito e não reconhecimento na sociedade e no mercado de trabalho. Esta pesquisa os dividiu em dois grandes grupos.

O primeiro grupo, composto pelos alunos das primeiras turmas – 2002 a 2006 – turmas em que grande parte era composta por profissionais do mercado, quiseram e muito participar desta pesquisa. A imagem que esses possuem dos CSTs, é a imagem que batalho por manter e salvar: um curso que requalifica, capacita, recicla e atualiza profissionais, abrindo mais oportunidades para os mesmos no mercado de trabalho e os tornando cidadãos mais conscientes, críticos e atuantes em nossa sociedade.

O segundo grupo, os discentes que entraram nos CST após 2006, e que formam o grupo de recém-formados do ensino médio e de bolsistas governamentais através do programa “Universidade para Todos”, quase que se recusaram a colaborar com a pesquisa. Decepcionados, sentindo-se enganados e crentes de que são incapazes de conseguirem boas colocações no mercado de trabalho, não sabem e ignoram, por falta de conhecimento social, cultural e acadêmico, que na verdade a culpa por essa realidade que vivem não é deles, mas do sistema em que estão inseridos.

Esses discentes do segundo grupo, formados intencionalmente para fazerem parte de um exército reserva de mão de obra neoliberal, desconhecem também outro dado que as Ciências Sociais e este artigo esperam poder lhes oferecer: se abrirem suas mentes para a cultura, educação e a política, saberão que possuem toda a condição do mundo de fazerem a diferença no mercado, tornarem-se cidadãos atuantes e participantes e ajudarem, enquanto categoria profissional, a superar esta política nefasta governamental que continua a ter na educação um poder de manobra importante para suas ações políticas.

Mercado de Trabalho

O ano é de 2002. Numa faculdade particular localizada na zona leste da cidade de São Paulo, às 19h30m, pontualmente, adentro pela primeira vez a sala da primeira turma do curso de Gestão Financeira. Com cerca de 50 alunos, quase todos com mais de quarenta anos, alguns engravatados, moças bem vestidas, poucos jovens. Gerentes de Banco, analistas da Bolsa de Valores, empresários, representantes comerciais, todos ansiosos pela aula de Matemática Financeira. Começava, assim, minha trajetória como professora dos Cursos Superiores de Tecnologia na cidade de São Paulo, objeto de investigação de minha tese de doutoramento.

O ano é de 2006. Na mesma faculdade particular do relato acima, uma colega, professora de Metodologia Científica, adentra pela primeira vez as salas da primeira turma do curso de Gestão de Negócios da Informação. Com cerca de 110 alunos, metade muito jovens, recém egressos do ensino médio, a outra metade de pessoas mais velhas, das quais uma pequeníssima parte era de profissionais e a maioria de pessoas afastadas dos bancos escolares e do mercado de trabalho há mais de 20

anos. Começava, assim, uma nova fase – a de instrução e formação de bolsistas governamentais dos Cursos Superiores de Tecnologia.

Dois momentos distintos, a mesma modalidade de ensino, e novos/ muitos problemas sociais e educacionais a serem enfrentados para a formação de uma categoria profissional desconhecida, ignorada e mal quista num país cujas bases educacionais dividem-se na clássica opção entre técnicos e bacharéis.

Uma nova ordem mundial, novas diretrizes e políticas educacionais. Um projeto de governo distanciado de uma ideia de formação de nação. O enfrentamento de questões sociais, políticas e educacionais, seríssimas por sinal, renegadas e ignoradas, tratadas apenas pela necessidade estatística de demonstrar que, no Brasil, há um elevado número de pessoas com diploma de ensino superior. Qual será o custo que pagaremos, enquanto cidadãos, por essas decisões políticas? Qual é o custo pago por nossos discentes? Qual é o custo vivenciado por nós, professores? De que Brasil estamos falando e que Brasil queremos? Essas são apenas algumas das muitas questões que estão implícitas quando pensamos em cursos de tecnologia.

De uma forma geral, os CST são cursos superiores de curta duração, dois ou três anos no máximo, com formação específica, cuja absorção no mercado de trabalho está atrelada a especificidade do aluno. Assim, a identidade deste novo profissional está implícita à construção da identidade desta modalidade de ensino que é oferecido aos brasileiros por razões muito diversas: políticas, profissionais, comerciais.

A difícil tarefa de uma construção positiva da identidade cultural dos cursos superiores de tecnologia

O Curso Superior de Tecnologia – CST veio para romper dogmas e paradigmas que vêm surgindo na sociedade há muito tempo, no que diz respeito à educação.

Embora eu perceba que esses cursos, ainda estão construindo sua identidade na sociedade, bem como os discentes e docentes que neles atuam, diversas ações já os tornam, no momento atual, mais valorizado.

É um trabalho constante em superar a frustração emocional permanente pela atual formação como tecnólogos, trabalhar a aceitação da formação adquirida, bem como a busca pela sua valorização

profissional frente à sociedade e sua inserção e ganho de espaço no mercado de trabalho.

A sociedade passa por um processo de sincretismo cultural. [...] o sincretismo (relacionado aos Cretenses, um povo que vivia brigando entre si, mas se unia contra o inimigo) é um conceito que vai da “política à religião”. É um conceito que marca a ambivalência, as contradições sociais, o fim das certezas modernas. Como consequência pode “fixar o incompatível” e delinear a perpétua mutação social. É através do sincretismo que se desencadeia o “processo em que este incompatível transfigura-se em algo que aceito em meu âmago e deve ser dolorosamente doce” Utilizo o conceito de sincretismo para definir a cultura. Refiro-me a cultura como um logus sincrético, que ultrapassa a fragmentação provocando uma constante metamorfose pela qual a sociedade passa. Trato a cultura como sincrética porque na contemporaneidade ela “transforma e arrasta modos tradicionais de produção da própria cultura do consumo e da comunicação”. (Canevacci, 1997, pp. 13 e 23)

O conceito de sincretismo desenvolvido por Massimo Canevacci reforça a visão que tenho sobre as diferentes atitudes que estão sendo tomadas, no pensar Brasil e nos CSTs, e de como a identidade desses cursos está ganhando corpo na época atual.

Em todo caso, devemos compreender o conceito de sincretismo para, enfim, falarmos de identidade dos CSTs.

Assumimos, aqui, a conceituação de Canevacci: “termo-chave para a compreensão da transformação que está se dando naquele processo de globalização e localização que envolve, transtorna e arrasta os modos tradicionais de produção de cultura, consumo, comunicação” (Canevacci, 1997, p. 13).

Em outras palavras, esse conceito não somente abre as portas à compreensão de um contexto feito de arrancadas e confusas mutações, mas também pode permitir direcionar esta crescente desordem comunicativa ao longo de correntes criativas, descentradas, abertas.

Dado o sincretismo, as metamorfoses culturais não são lineares. Por consequência, seu processo histórico não pode ser constituído por uma linha temporal visto as tecnologias desenvolvidas pelo homem serem utilizadas, aperfeiçoadas, renovadas, mas continuarem presentes no desenrolar do movimento histórico. Desta forma, sobrevivem, em um mesmo período, ou em um mesmo espaço, simultaneamente. Logo, o surgimento de uma tecnologia não significa a extinção das anteriores, ao contrário,

revela a capacidade humana de transitar entre diferentes momentos e/ou condições que não significam, necessariamente, uma evolução, mas sim uma complexificação do homem dentro de seu movimento de mutação. (Petarnella, 2010)

Os CSTs representam, no campo educacional, as novas tecnologias citadas por Petarnella. Caminhando desde sua origem entre os cursos técnicos e bacharelados, possuem em si mesmos esta atitude sincrética, ou seja, estão para sua própria construção identitária, bem como para seus agentes envolvidos numa eterna mistura e criação entre o que já existe e aquilo que está sendo criado. Exige, pois, daqueles que nele atuam ou se formam um pensar e um agir também sincrético, ou como diz Morin (2000 e 2002), a superação do pensamento simples para o pensamento complexo.

Nos CSTs, torna-se fundamental que os docentes, discentes e instituições, procurem entender a real necessidade da sociedade para nortear suas ações de forma a contribuir para o crescimento e desenvolvimento do país.

Não é mais aceitável, nos dias de hoje, que os tecnólogos sejam vistos como uma grande fonte de renda para as instituições de ensino, em uma lucrativa cabine de emprego para muitos docentes e, ainda, uma expectativa, ainda que frustrante, em se obter o diploma do ensino superior de maneira rápida e impensada por parte dos alunos.

O mundo está dando mostra, todos os dias, minutos e segundos, que precisamos investir em seres pensantes, críticos e bem formados. Só assim conseguiremos acompanhar a evolução dos tempos.

É impensável que os Conselhos Regionais não se preocupassem em apoiar e valorizar os formandos dos Cursos Superiores Tecnológicos, apontando, ainda, os enormes problemas que isso vinha causando aos Tecnólogos.

Hoje o CRA – Conselho Regional de Administração, por exemplo, que em épocas passadas se opunham cruelmente à inserção dos Tecnólogos nesse Conselho, mudou de opinião e, mais precisamente, desde o dia 14 de outubro de 2009, através da Decisão do Plenário do CFA – Conselho Federal de Administração, na 19ª reunião, realizada em Fortaleza/CE, aprovou o registro profissional dos tecnólogos que atuam em determinada área da Administração .

Essa importante conquista é, a meu ver, um grande passo na educação e no mundo do trabalho não só para os tecnólogos, mas para os demais profissionais do Brasil. Isto porque, a partir do momento em que se rompe a resistência ao novo, dando-lhe oportunidade de legitimação na sociedade, abrem-se as expectativas de crescimento e desenvolvimento dessa. Esta é, pois a função máxima do sincretismo cultural.

Não podemos descartar, também, a importância da criação do Catálogo Nacional do Ensino Tecnológico em junho de 2006, que contempla noventa e oito graduações tecnológicas, organizadas em dez eixos temáticos, e tem por objetivo organizar as diferentes áreas e carreiras dos tecnólogos, tanto para a sociedade como para o mercado de trabalho.

Antes dessa regulamentação, as IES criavam cursos com nomes completamente diferentes, mas que no fundo tinham as mesmas características, o que não só confundiam alunos e professores como, principalmente, confundiam o mercado de trabalho.

A iniciativa do MEC – Ministério da Educação e Cultura foi, pois, correta, assertiva e veio para valorizar essa categoria de ensino.

O CRA, por sua vez, não só encampou os cursos constantes do Catálogo, como os cursos que não existem mais, porém já existiram e formaram milhares de alunos. Numa atitude justa e ética, o CRA entendeu que os alunos formados em cursos fora do Catálogo possuem os mesmos direitos que os alunos atuais. Chama, então, para os cursos fora do Catálogo, “denominações existentes com possibilidade de convergência”.

Os cursos aceitos pelo CRA fazem parte do eixo temático Gestão e Negócios, (com exceção do curso de secretariado); do eixo Hospitalidade e Lazer (com exceção do curso de Gastronomia); do eixo Ambiente, Saúde e Segurança (com exceção dos cursos de Oftálmica – Radiologia – Saneamento ambiental – Segurança no trabalho e Sistemas biomédicos) e, do eixo Controle e Processos Industriais, apenas o curso de Gestão da Produção Industrial. Entende-se, pois, que os cursos contemplados são, na verdade, ramificações da área de Administração de Empresas.

A única categoria criada pelo CRA e que não contempla cursos atuais do Catálogo é o Curso de Pequenas e Médias Empresas, com todas as diversas denominações. Porém, como já fez parte e possui muitos alunos formados com o diploma nessas especificações, foi incluído na listagem.

Em tempo, quero deixar registrado, que o mérito do CRA está na exímia

boa vontade de solucionar um vasto problema da não regularização dos cursos de gestão em administração, que entre outros muitos problemas do âmbito social, cultural e econômico, reunia um elevado número de pessoas com diploma de ensino superior desempregada e tido como desqualificados para o mercado de trabalho.

No entanto, cabe informar que o pioneiro no registro dos tecnólogos é o CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, que há tempos já registra tecnólogos que atuam em áreas afins às que contempla.

Como podemos observar, realmente estava muito difícil a categoria do tecnólogo ser reconhecida e valorizada, da forma como antes havia sido pensada. Hoje, usando de muito bom senso e boa vontade, é possível regularizar todos os cursos, não só através de Conselhos Regionais, como pela própria CBO – Classificação Brasileira de Ocupações (Tecnólogo, 2010).

A CBO é o documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro, e que baliza as atribuições funcionais e faixas salariais dos profissionais brasileiros. A CBO é atualizada de acordo com as mudanças ocorridas no cenário cultural, econômico e social do país nos últimos anos, implicando alterações estruturais no mercado de trabalho.

Em 18 de janeiro de 2010, quando foi publicada a nova CBO (a última publicação havia sido em 1994), houve, para nossa satisfação e esperança na construção de um novo perfil dos CSTs, a inclusão de oitenta e um profissionais tecnólogos.

Essa conquista se deve principalmente ao Sindicato dos Tecnólogos, que vem há anos lutando para essa inclusão.

Na prática, ter uma determinada profissão catalogada na CBO é dar o alvará de que esta profissão de fato existe no Brasil. Assim, os recursos humanos das empresas podem balizar suas necessidades às descrições da CBO e procurar, contratar e registrar em carteira tecnólogos com a correta denominação e descrição de seu cargo, competência e salários.

Esse fato valoriza muito a carreira do tecnólogo, proporcionando-lhe novas aberturas no mercado de trabalho.

Infelizmente, ainda estão faltando diversos títulos, principalmente do eixo Gestão e Negócios, constante do Catálogo Nacional de Ensino Tecnológico. O único curso selecionado desse eixo foi o curso de Gestão Financeira.

Cursos superiores de tecnologia

Para conhecimento de como está sendo pensada a inclusão dos tecnólogos na CBO, abaixo escolhemos alguns cursos de tecnologia e de bacharel, com o objetivo de comparar o mercado de trabalho para esses dois tipos de profissionais.

Área de Eventos

Análise	Tecnólogo	Bacharel
Título	Técnicos em Serviços e Organização de Eventos	Diretores de Operações de Serviços em empresa de Turismo, de alojamento e alimentação
Descrição sumária	Montam e vendem pacotes de produtos e serviços turísticos e organizam eventos sociais, culturais e técnico científicos, dentre outros. Contratam serviços, planejam eventos, promovem e reservam produtos e serviços turísticos e coordenam a realização de eventos.	Dirigem no mais alto nível, e como representante dos proprietários ou acionistas ou por conta própria, as atividades de produção e operação de empresas de serviços em turismo, alimentação e hotelaria. Definem política e diretrizes; traçam plano operacional; operacionalizam negócios; produzem resultados; coordenam equipes; garantem qualidade de produtos e serviços; analisam mercado e atuam como relações públicas.
Formação e experiência	O exercício dessas ocupações requer no mínimo o ensino médio completo acrescido de cursos de qualificação profissional de curta duração. Atualmente no mercado de trabalho há um grande número de profissionais de nível superior, com graduação tecnológica, no exercício dessas ocupações. É desejável fluência em idiomas estrangeiros. O pleno desempenho das atividades ocorre após um ou dois anos de experiência.	Essas ocupações são exercidas por pessoas com escolaridade de ensino superior acrescida de programas de treinamento e especialização, correlatos às suas atividades. O pleno exercício das atividades se dá após cinco anos de experiência.
Condições gerais de exercício	Atuam em empresas de turismo, agências de viagem, serviços de hospedagem, serviços culturais, organizadoras de eventos, dentre outras, como assalariados, com carteira assinada ou como trabalhadores autônomos e até mesmo como empregadores. Organizam-se em equipe de trabalho, trabalham sob supervisão, em ambiente fechado.	Desenvolvem as atividades em equipe, sob supervisão ocasional, em ambientes fechados e no período diurno. Podem trabalhar sob pressão, ocasionando estresse.

Área de Finanças

Análise	Tecnólogo	Bacharel
Titulo	Gerentes Administrativos, Financeiros, de Riscos e Afins	Administradores
Descrição sumária	Exercem a gerência dos serviços administrativos, das operações financeiras e dos riscos em empresas industriais, comerciais, agrícolas, públicas, de educação e de serviços, incluindo-se as do setor bancário. Gerenciam recursos humanos, administram recursos materiais e serviços terceirizados de sua área de competência. Planejam, dirigem e controlam os recursos e as atividades de uma organização, com o objetivo de minimizar o impacto financeiro da materialização dos riscos.	Planejam, organizam, controlam as organizações nas áreas de recursos humanos, patrimônio, materiais, informações, financeira, tecnológica, entre outras; implementam programas e projetos; elaboram planejamento organizacional; promovem estudos de racionalização e controlam o desempenho organizacional. Prestam consultoria administrativa a organizações e pessoas.
Formação e experiência	Para o exercício das ocupações de gerentes administrativos e financeiros, a escolaridade varia em função do porte da instituição empregadora: curso superior incompleto e cursos profissionalizantes de até quatrocentas horas ou graduação tecnológica, bacharelado e de pós-graduação. Os requisitos para os gerentes de riscos são mais elevados – curso superior mais pós-graduação na área e conhecimento do negócio em que atua. Neste caso, o pleno desempenho das atividades ocorre em torno de cinco anos gerenciando riscos em sua área específica.	Para o exercício dessa ocupação requer-se curso superior completo em Administração de empresas ou Administração pública, com registro no Conselho Regional de Administração – CRA.
Condições gerais de exercício	Atuam em empresas industriais, comerciais, agrícolas, públicas, e de serviços, incluindo-se as de intermediação financeira, em atividades gerenciais de apoio à atividade-fim, predominantemente como assalariados, com carteira assinada. Trabalham em equipe, sob supervisão ocasional, atuando em ambientes fechados e em horário diurno.	Trabalham em qualquer ramo de atividade econômica, serviços, comércio e indústria, incluindo-se a administração pública. São assalariados celetistas – estatutários ou autônomos. Geralmente trabalham em equipe, em ambiente fechado e em horário diurno. Estão sujeitos a pressão por um cumprimento de prazos e metas.

Através desses dois exemplos, podemos perceber que a formação dos tecnólogos é para trabalhar em funções específicas e a do bacharel em funções generalistas. Percebe-se também, que ainda há mais possibilidades de contratação para o bacharel, ficando o tecnólogo, pelo menos neste cargo, da área de finanças, isento da possibilidade de prestar concurso público e ser contratado por outros regimes que não a CLT ou autônomo.

Novamente, o conceito de sincretismo, descrito por Canevacci, nos mostra que realmente a cultura vista como um *Logus* sincrético, ultrapassa a fragmentação e provoca uma constante metamorfose pela qual a sociedade passa e, que não precisamos destruir o velho, quando criamos o novo. A insegurança em perder espaço no mercado de trabalho, por sua vez, tanto pelos bacharéis, como pelos tecnólogos, não se justifica, principalmente se cada título for tratado como deve ser tratado, ou seja, não podemos confundir formação tecnológica como sendo um curso de graduação de bacharel curto e, sim, suas especificidades inerentes à sua criação e tão mal compreendidas até os dias de hoje. No entanto, tais medos ainda são privilegiados de uma forma ou outra, como mostramos acima.

A CBO veio esclarecer esses conceitos, de uma forma simples e real, por isso da importância de incluir todos os demais cursos superiores de tecnologia em sua relação.

Acredito que isso ajudaria a todos: alunos, professores, IES, sociedade e mercado de trabalho, valorizando tanto o tecnólogo como os bacharéis, dentro de suas reais atuações.

É uma questão de reconstrução de uma sociedade, do aproveitamento de mão de obra qualificada nas mais diversas áreas do saber e do fazer.

Porém, sem um maior rigor por parte das IES, dos docentes, dos órgãos de fiscalização e avaliação, inclui os conselhos regionais, de nada adiantarão todas essas ações, se insistirmos em formar analfabetos funcionais e lançá-los à própria sorte do mundo, no mercado de trabalho. Isso só prejudica a sociedade como um todo, pois seremos atendidos por pessoas despreparadas e incapazes de gestar e ter uma boa atuação em sua profissão e cultura.

Referências bibliográficas

CANEVACCI, M. (1997). “A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana”. In: PETARNELLA, L. *Sincretismo Cultural e Anacronismo escolar: o cotidiano do aluno e professor frente às Tecnologias Midiáticas e Digitais de informação e comunicação*. Disponível em: www.anped.org.br/reuniões. Acesso em: jan/2010.

CATALOGO DOS TECNÓLOGOS (2009). *Catálogo nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia*. Disponível em: www.portal.mec.gov.br. Acesso em: mar/2009.

MORIN, E. (2000). *O paradigma perdido: a natureza humana*. Portugal, Europa-América.

_____. (2002). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo/Brasília, Cortez/Unesco.

PETARNELLA, L. *Sincretismo Cultural e Anacronismo escolar: o cotidiano do aluno e professor frente às Tecnologias Midiáticas e Digitais de informação e comunicação*. Disponível em: www.anped.org.br/reuniões. Acesso em: jan/2010.

TECNÓLOGO (2010). *CBO – Classificação Brasileira de Ocupações*. Disponível em: www.mtecbo.gov.br. Acesso em: jan/2010.